

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
17 de março de 2008 - Nº 55 - www.sindipetrocaxias.org.br



Reconhecimento das centrais, uma luta histórica da CUT por democratização da estrutura sindical

No último dia 11, a Câmara dos Deputados Federais finalmente aprovou o Projeto de Lei de reconhecimento das centrais sindicais. A legislação aprovada é fruto de um acordo entre as centrais sindicais e o governo federal, que engloba parte importante dos debates ocorridos no Fórum Nacional do Trabalho. A CUT e demais centrais sindicais passam a ser reconhecidas legalmente, saindo da condição de ONGs para representantes legais dos trabalhadores nos debates e negociações inerentes à luta de classes.

Esta é uma vitória histórica, principalmente da CUT, que foi gestada para defender as liberdades democráticas e uma nova estrutura sindical, combativa, representativa e autônoma. Princípios que norteiam esses 25 anos de história



da nossa Central. O reconhecimento legal, portanto, coroa uma longa caminhada da CUT pela democratização da estrutura sindical brasileira.

O próximo passo agora é avançar no Grupo de Trabalho do MTE que discutirá a democratização das atuais

formas de financiamento da estrutura sindical. A CUT defende o fim do imposto sindical, da taxa assistencial e da contribuição confederativa. A proposta da Central é a criação de uma contribuição negocial, democraticamente aprovada pelos trabalhadores em assembléias.

Reunião com o RH da Reduc: Sindipetro cobra pendências ainda não resolvidas

No último dia 10, os dirigentes do Sindipetro Caxias realizaram mais uma reunião com o RH da Reduc. A refinaria informou que está atendendo algumas das reivindicações que o sindicato já havia cobrado, como a liberação do acesso a internet em todas as unidades e a implantação de quiosques para que os trabalhadores contratados também possam navegar na rede. O RH

esclareceu que ainda em março os quiosques estarão funcionando.

Intervalo mínimo - O Sindipetro voltou a ressaltar a importância do cumprimento do intervalo mínimo de 11 horas no retorno da dobra do pessoal de turno. A refinaria informou que cobrará prioridade do SOP/IF e das gerências envolvidas para resolver definitivamente esta pendência.

Níveis e promoção - O Sindipetro também continua exigindo transparência no processo de avanço de nível e promoção. A Reduc ainda não apresentou o levantamento cobrado pelo sindicato com a relação de todos os trabalhadores que foram contemplados com níveis e promoções.

Continua no verso

Vigilantes - Outra questão tratada na reunião foi a situação dos vigilantes contratados. O Sindipetro reivindica a alteração do turno de 12h para 8h. Mesmo atuando em turno, esses trabalhadores não recebem o AHRA, nem têm direito ao descanso no horário de almoço.

Parada da U-1250 – O Sindipetro solicitou uma reunião conjunta com o SMS e a gerência de combustível da Reduc para discutir o planejamento da parada. A refinaria ficou de verificar a possibilidade da reunião ocorrer no dia 19.

SMS – O Sindipetro cobrou uma reunião específica com o SMS da Reduc para discutir questões que estão na ordem do dia da categoria,

como subnotificação de acidentes, horário de trabalho dos médicos e enfermeiros, motoristas próprios para as ambulâncias, entre outros assuntos relacionados à saúde e segurança do trabalhador. O sindicato também quer que o SMS da Reduc faça uma apresentação específica sobre a nova tecnologia utilizada na unidade de radiação ionizante do COQUE.

Conquistas da AMS: Trabalhadores já podem contar com novos procedimentos

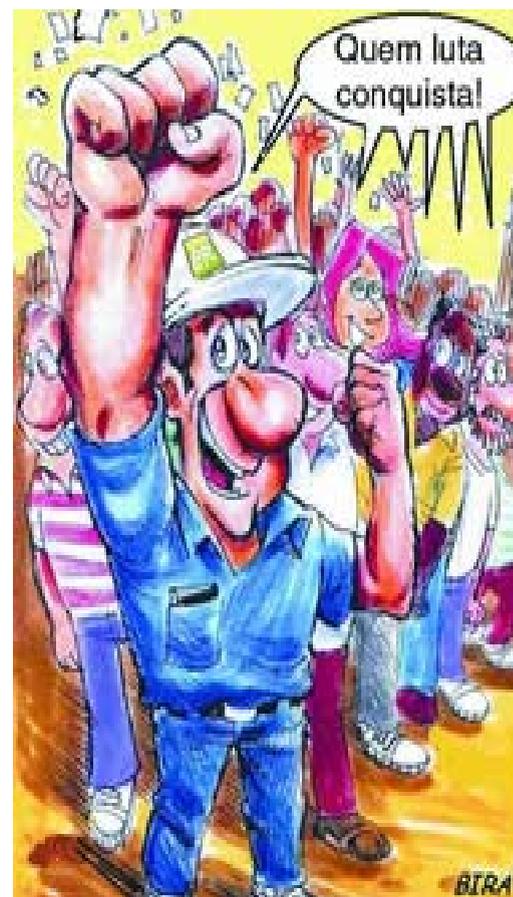
Entre as principais conquistas do atual acordo coletivo, estão os avanços relacionados à AMS. Desde o dia 15 de janeiro, os petroleiros já podem se beneficiar das mudanças ocorridas em procedimentos, como a cirurgia de miopia e o tratamento com RPG. Antes do acordo, a miopia tinha cobertura cirúrgica somente para pessoas com mais de sete graus. Agora o procedimento pode ser realizado para quem tem menos de sete graus, desde que o paciente tenha idade entre 25 e 40 anos. A restrição de idade não se aplica quando o petroleiro tiver recomendação da cirurgia feita pelo setor de segurança industrial.

Em relação à RPG, também houve ganhos importantes no último acordo coletivo. A cobertura das sessões dobrou de 20 para 40 procedimentos. Já estão implementados também os avanços conquistados na cobertura do pagamento das diárias de acompanhantes, assim como as melhorias no Plano 28/33. A AMS passou a cobrir as diárias de

acompanhantes – tanto a alimentação, quanto o pernoite – de usuários com mais de 55 anos de idade, de pacientes em estado terminal, além de menores de 18 anos. Para os trabalhadores que têm dependentes no Plano 28/33, os procedimentos de pequeno risco passaram a ser descontados em folha.

Outra conquista do acordo coletivo é a cobertura do implante dentário. A Petrobrás informou que o novo procedimento estará disponível até o final de março. A empresa informou que os cirurgiões dentistas serão de livre escolha do trabalhador, até que seja concluído o credenciamento dos profissionais. A Petrobrás reembolsará 30% do implante de até dois elementos. De três a seis elementos, a cobertura será de 20% do valor total e de 7 a 12 elementos, o reembolso será de 10%. O teto de reembolso para cada procedimento é de R\$ 2 mil.

Gestão – A FUP e a Petrobrás estão discutindo a composição e implantação do Comitê Permanente que tratará da gestão e



operacionalização da AMS.

Novos dependentes – A FUP continua lutando para a inclusão de pai e mãe na AMS, nos mesmos moldes praticados pela empresa para os trabalhadores admitidos anteriormente a 1997.